

- 7 ABR 1978

Todo o noticiário relatou que o senador Petrônio Portella sentiu-se malferido com o primeiro discurso do senador Paulo Brossard na condição de líder do MDB na Câmara Alta. Francamente, não conseguimos atinar com o porquê dos agravos acusados pela depressão em que foi visto o senador piauiense. Ou pensa o senador Portella lhe ter sido confiado algo mais que um encargo de representação, sem alçada alguma sobre a natureza e escalonamento das reformas que nos prometeram — hoje, como há seis meses, uma simples declaração de intenções?

O senador Paulo Brossard pôs o dedo na chaga. Mas não foi para abater ou abalar seu colega do Paiuí; Petrônio Portella não é o Poder; foi líder do governo, presidente da Arena e é presidente do Senado sem que se tenha traduzido nisso qualquer partilha visível desse Poder. Petrônio Portella é, como todos nós, uns mais outros menos, objeto de certas deferências do Poder Concedente que permite exploremos, a título precário, esse serviço público que teca e forma o dia-dia nas reais democracias: o debate livre, através do qual se afirmam e se consagram os que terão parte nas de-

cisões de governo. Ganhamos a concessão da crítica na imprensa, ganhamos um debate no Congresso, que pode irritar e incomodar, mas não transformar e mudar; e, sob as mesmas condições, ganhamos poder documentar algumas visitas do senador Portella.

O líder do MDB denunciou os abusos de linguagem e as falsificações retóricas que dão como diálogo político expressões de urbanidade e cortesia. E exigiu o que a própria etimologia exige: diálogo é alteridade, é relação de opostos e distintos, é compromisso com a reciprocidade, para que se delineie alguma convergência. Falta constatar, na atualidade brasileira, essa evidência preliminar e imprescindível.

Nada retrata melhor as relações do sr. presidente da República com a oposição que o episódio que deu ocasião ao "pacote" de abril, sob cuja "égide" se farão outras reformas: a oposição usou do direito de opor-se a um projeto de lei que o Executivo queria fazer passar intato e irretocável, e o presidente da República reagiu com o golpe baixo de dizimar-lhe

as oportunidades abertas pelo voto popular. Terá ou não razões de sobra o senador Paulo Brossard para acautelar-se e fazer luz, de vez, sobre as premissas lógicas e éticas do diálogo? O que se pode contestar em raciocínio como este: "Se uma parte deverá convir no que a outra pensar e quiser, diálogo não haverá, mas imposição de uma e submissão de outra parte?" Nada.

Não há o que arguir contra os princípios estabelecidos no discurso do sr. Brossard. Nem contra fatos: o sr. presidente da República declarou na mensagem ao Congresso deste ano que reformou o *quorum* exigido pela Constituição para aprovação de emendas a seu texto, para munir-se da faculdade de poder dispensar a colaboração da oposição. Viu-o, desde a primeira hora, o líder José Bonifácio, que tem sobre alguns de seus pares a qualidade de pensar alto, que às vezes é virtude: com ou sem o MDB, as reformas seriam feitas. Bastaria essa disposição para elidir do diálogo qualquer mérito e oportunidade.

Mas o senador Brossard aceita, em nome da legitimidade que deseja ver

de volta como predicado das instituições, a participação da oposição nas reformas; e em serviço ao Estado e à Nação, o diálogo. Desde que se levante o *apartheid* que só admite o que pode subordinar, adocicado por distinções bizantinas — entre oposição imanente e oposição contingente, por exemplo. E mantém-se numa esperança superior, que afinal reside na quase totalidade da Nação, imanente (isto é, implantada no íntimo) até mesmo naqueles que justificam uma exceção duradoura e quase permanente, para remédio de uma ameaça contingente (isto é, circunstancial e accidental): "Aproxima-se a hora em que a conciliação nacional se tornará inadiável e o monumento de soberba e intransigência hoje estacionado no Poder há de ceder lugar ao novo espírito de transigência e compreensão". Ninguém costuma identificar-se, é certo, com a soberba. Mas poderá ao menos ocorrer, aos que dispõem do Poder, indagar das razões que levam as coletividades a admitir a soberania que, por mau uso, pode incutir soberba. Feita essa pergunta, pelo menos, estará aberto o caminho para a conciliação.